



## Campanha de Valorização da Imagem do Agronegócio da ABAG/RP



# No ar o Novo Código Florestal

**A** Campanha de Valorização da Imagem do Agronegócio da ABAG/RP começou 2013 com três novos informes comerciais no ar, todos com um único tema: o Novo Código Florestal. Até junho as in-

serções da Campanha, veiculada nas principais redes de televisão da região de Ribeirão Preto, que alcançam cerca 100 municípios atingindo pouco mais de quatro milhões de habitantes, vão mostrar exclusivamente estes comerciais de 30 e 45 segundos para esclarecer para a população em geral, e até para os produtores rurais, o que significaram as mudanças ocorridas na legislação ambiental brasileira.

A aprovação do Novo Código Florestal (NCF) no ano passado, após quatro anos de acirrados debates no Congresso, e quase uma década de discussões, não conseguiu aplacar alguns setores que continuam a criticar mudanças. Os informes comerciais colocados agora no ar focam nestas discordâncias nevrálgicas que ainda repercutem de acordo com seu interlocutor.

### CAFÉ

*A cidade de São Sebastião da Gramma vive em função do café em suas encostas desde o século XIX. O Novo Código Florestal regulariza a atividade e garante que essa produção em área consolidada continue acontecendo de forma sustentável, gerando trabalho, estimulando a economia e preservando o meio ambiente.*

Enquanto aqui o setor produtivo

Nesta fase de implementação das novas regras a comunicação será um poderoso aliado do setor produtivo brasileiro para dar transparência ao processo e para que a sociedade em geral esteja a par do que acontece no campo durante a regulação ambiental das propriedades rurais de todo país. Com os comerciais, cujos textos estão em destaque nesta página e que podem ser assistidos na homepage da ABAG/RP [www.abagr.org.br](http://www.abagr.org.br), a Associação quer contribuir para o melhor entendimento do NCF que representou um avanço para o Brasil, compatibilizando desenvolvimento e preservação.

tem que se empenhar em mostrar que as mudanças no Novo Código Florestal foram positivas, instituições importantes no exterior reconhecem o esforço feito no Brasil. O Grantham Institute, da Escola de Economia de Londres (LSE), que anualmente faz o Estudo de Legislação Climática para a ONG Globe International, uma organização de legisladores de países desenvolvidos preocupados com o clima, apontou o Novo Código Florestal brasileiro como uma das principais leis criadas em 2012 mais eficazes no combate contra mudanças climáticas.

### APP

*No Novo Código Florestal algumas áreas são especialmente protegidas: nascentes, margens de rios, áreas inclinadas, topos de morro. Em algumas dessas áreas já são produzidos, há anos, café, uva, banana, maçã, em perfeito equilíbrio com o meio ambiente.*

*O Novo Código Florestal contempla a preservação com a produção sustentável.*

O Instituto classificou a nova legislação brasileira como um modelo a ser seguido para alcançar o desenvolvimento sustentável no mundo, e destacou as porcentagens de Reserva Legal como um exemplo de preservação. 33 países foram avaliados, dentre eles, 18 tiveram progressos significativos na criação de leis próprias para o combate às mudanças climáticas, como Brasil, Chile, Colômbia, Índia e México; 15 apresentaram avanço moderado, como China e África do Sul, e outros nulo.

### DIREITO NA LINHA DO TEMPO

*Imagine São Paulo ou qualquer outro Estado no século 19, começo do 20. Não havia cidade, produção e muito menos desenvolvimento.*

*Com a abertura das primeiras fazendas, surgiram os povoados. As terras se tornaram produtivas.*

*Uma história que começou antes de qualquer lei ambiental.*

*Com o Novo Código Florestal, a continuidade das atividades produtivas dessas áreas está garantida.*

*É o resgate do direito constitucional de trabalhar em áreas consolidadas conforme a lei em vigor à época. É a segurança jurídica de volta ao campo. É a continuidade dos investimentos, da renda e dos empregos.*

# 2013 - Ano Internacional das Nações Unidas para a Água

## Água de beber –

A Assembleia das Nações Unidas declarou 2013 como o Ano Internacional das Nações Unidas para a Cooperação pela Água com base em uma proposta de um grupo de países da África e Ásia. A cooperação tem como premissa um entendimento comum do que sejam as necessidades e os desafios em torno da água e suas múltiplas dimensões. O objetivo da ONU é promover uma maior interação entre nações e debater os desafios do manejo nos seus mais diversos aspectos: culturais, educacionais, científicos, religiosos, éticos, sociais, políticos, jurídicos, institucionais e econômicos.

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, lidera os preparativos para o Ano Internacional e o Dia Mundial da Água em 2013, comemorado em 22 de março desde 1992, quando foi criada a Declaração Universal dos Direitos da Água, cujo artigo 9º será o grande destaque desta comemoração: “A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social”. A relatora especial das Nações Unidas para o Direito à Água e Saneamento, a portuguesa Catarina de Albuquerque, em recente entrevista a Rádio ONU em Nova Iorque, se mostrou otimista com as atividades que devem acontecer ao redor do mundo; e lembrou que a quantidade de água no planeta é a mesma há milhares de anos, por isto a cooperação é fundamental para preservar esse recurso natural: “Com a diferença de que hoje somos mais de 7 bilhões (de pessoas); com a diferença de que hoje temos piscina, temos campos de golfe, temos a indústria que consome imensa água; a agricultura que consome ainda mais água para alimentar a todos nós. E há muito desperdício de água. Nós temos que pensar nisso tudo, de uma maneira séria, corajosa e é de mãos dadas que isso se consegue. Caso contrário, não conseguimos nenhuma solução”.

Com algumas “ilhas” de terra firme, cerca de 71% do planeta é composto por água. Estima-se que o volume total seja cerca de 1,418 milhão de km<sup>3</sup>, sendo 97,5% salgada, contida nos oceanos e mares; e 2,5% doce, que se encontra nas calotas polares e geleiras, águas subterrâneas, lagoas, pântanos, atmosfera e rios.

Segundo a ONU esta é uma quantidade suficiente para toda a população, não fossem o desperdício e a poluição. Na média mundial, cerca de 70% dos recursos hídricos disponíveis atualmente são destinados à irrigação, contra 20% para a indústria e menos de 10% para o abastecimento da população (higiene e consumo direto). No Brasil, a ANA, Agência

Nacional das Águas, aponta basicamente os mesmos números.

Os números na agricultura normalmente são cercados de críticas ao setor, críticas rebatidas com veemência por quem é do meio. O ex-ministro Roberto Rodrigues costuma dizer que a agricultura não consome água, utiliza água, pois o percentual que volta ao ciclo hidrológico pode chegar a 90% — e, às vezes, com maior grau de pureza do que quando captada.

Mas não existe culpa ou desculpa. Segundo a própria ONU, é um consumo inevitável que garante a sobrevivência do homem na terra e é preciso racionalizar seu uso.

A agricultura foi um dos principais temas da Rio+20 no ano passado, principalmente como fonte de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável levando-se em consideração o direito a água e comida, além da urgência do combate a pobreza. Entre as metas específicas até 2030 constam:

- aumento de 20% na eficiência da cadeia de produção de alimentos, reduzindo as perdas e o desperdício do campo à mesa;
- 20% de aumento na eficiência de uso da água na agricultura;
- 70% das terras irrigadas utilizando a tecnologia que aumenta a colheita por gota.

O Brasil já está no caminho. O crescimento do setor de irrigação em 2012 foi de 20%, principalmente devido ao aumento do custo da terra, que pressiona o produtor a investir em tecnologia e produzir mais na mesma área de forma a remunerar seu capital. Mas os gargalos continuam os mesmos segundo a Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação da Abimaq: a dificuldade de outorga; a disponibilidade de energia elétrica - muitas vezes um investimento mais caro que o da própria irrigação - além da simplificação do crédito.

### Água de beber – água de comer

Mas há um caminho longo a ser percorrido. A sociedade ainda precisa entender que não é possível escolher entre água para beber e água para comer. Todas as atividades produtivas dependem da água e é preciso cooperação para se chegar a um uso mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos. É preciso se comunicar melhor com a população para que inverdades não prejudiquem setores como a agricultura e a pecuária.

Apesar de ser o setor que mais consome água, a agricultura irrigada tende a crescer algo em torno de 15% a 20% nos próximos 30 anos para atender a demanda por mais alimentos de uma população projetada em 9 bilhões de pessoas em 2050.



Soja irrigada na re

“Quebrar o paradigma da agricultura irrigada como vilã do consumo de água é um desafio que começa a ser facilitado pela compreensão do tema em todas as esferas, o grande conceito hoje é o de fluxo de água. A água apenas passa através da planta”, diz o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação (CSEI), da Abimaq, Antônio Alfredo Teixeira Mendes, “o que permanece na planta é cerca de 2% de água”, completa. Para ele o grande exemplo prático é a cultura do café: a água captada através das raízes da planta e utilizada para seu crescimento e desenvolvimento até chegar a colheita do grão não aparece no produto final, evapora durante a etapa de secagem no terreiro e volta para a natureza para o tão conhecido ciclo hidrológico. O grão de café é praticamente seco.

Segundo o presidente da CSEI o valor exato do quanto a planta devolve de água do seu processo de crescimento depende de diversos fatores, como o tipo de cultura, condições locais de clima e solo e o período do ano. O certo é que a planta não desperdiça água, utiliza e devolve para a natureza. E a agricultura irrigada está cada vez mais sustentável graças às novas tecnologias que têm sido incorporadas em seus diversos sistemas, desde a aspersão até o gotejamento.

Números da FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, apontam que 18% da agricultura mundial é irrigada e responde por 44% de toda produção. No Brasil, segundo a ANA, a área com agricultura irrigada alcança entre 7 e 8% do

# - Água de comer

## Unidas para a Cooperação pela Água



irrigação de Guaiúra, SP

total, cerca de cinco milhões de hectares, mas com potencial para chegar a quase 30 milhões; e produz 30% dos alimentos. Os benefícios dessa tecnologia podem ser observados no setor de frutas e verduras, hoje mais farto e variado no país, contribuindo para uma alimentação saudável da população.

O crescimento da agricultura irrigada é uma solução irreversível para o plantio sustentável, pois ao elevar a produtividade, reduz a pressão pela abertura de novas áreas; e o gotejamento, por sua eficiência, é a maior tendência.

### Comida é mesmo a grande vilã do consumo de água?

Um tema em evidência hoje é pegada hídrica, o cálculo que permite mostrar quanto um produto consumiu de água para ser produzido, levando em consideração toda cadeia produtiva que se inicia na geração de insumos e termina na oferta de produtos ao consumidor. “O método entende consumo como um todo: captação de águas superficiais e subterrâneas; água evaporada e transpirada na produção das culturas vegetais (processo de evapotranspiração); água que retorna para outra unidade hidrográfica que não a sua unidade de origem ou para o mar; e até quando está incorporada num produto”, diz o pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, Júlio Palhares.

Para ele, a agricultura e pecuária não devem temer os números em função dos avanços significativos nos sistemas de produção e manejo; é preciso agora gerenciar

ambientalmente a atividade rural e conhecer os seus fluxos de nutrientes, energia e água. “O conhecimento desses fluxos proporcionará uma produção ambientalmente mais equilibrada, rentável e socialmente valorizada, pois a produção será entendida, não como uma exploradora de recursos naturais, mas sim, como uma transformadora eficiente e eficaz de elementos em alimento”, completa Palhares.

### Gestão da água

Como o próprio nome sugere, a Cooperação Pela Água passa pelo entendimento de que sua gestão, de forma racional e eficiente, é o único caminho para garantir o abastecimento, a qualidade, e evitar eventuais conflitos.

Como o Brasil detém aproximadamente 12% da água doce do mundo costuma-se pensar que por aqui eles não existem e que não é preciso se preocupar com a água.

Conflitos não significam apenas guerra, pois eles existem também por mau uso, por questões sanitárias, agrícolas, por problemas de qualidade e até de quantidade. Afinal 80% dessa água brasileira está na Bacia Amazônica que tem baixa densidade populacional e produtiva.

Um bom exemplo de gestão no Brasil são os Comitês de Bacias Hidrográficas, existentes no país desde meados dos anos 90 sendo que o Estado de São Paulo foi pioneiro neste assunto, pois sua Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 7.663/1.991) é mais antiga que a Lei Federal 9.433/1.997 que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Hoje temos no Estado de São Paulo 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHIs, nas quais estão instalados 21 Comitês de Bacia Hidrográfica. Constituinte um sistema descentralizado e participativo que permite que toda a Sociedade Civil se envolva na gestão da água em termos de quantidade e qualidade, juntamente com o Estado (órgãos estaduais) e os Municípios.

No CBH Pardo, com sede em Ribeirão Preto e do qual a ABAG/RP faz parte desde 2001, a participação é significativa e precisa melhorar a cada dia, discutindo-se assuntos que vão desde questões técnicas até educacionais e de comunicação com a sociedade.

O Comitê do Pardo, que está prestes a completar 17 anos, como todos os outros comitês começou por promover um diagnóstico da sua Bacia Hidrográfica em termos de recursos hídricos, baseado em dados institucionais e priorizando inicialmente o problema mais premente: a sanidade. Tratamento de esgoto e destinação de lixo foram as prioridades escolhidas e hoje o Rio Pardo está 85% saneado.

No tocante à agropecuária alguns problemas em termos de quantidade dos recursos hídricos foram detectados nesses anos, em especial em 2005 quando duas sub-bacias, onde a irrigação é intensa, foram decretadas críticas (conforme Artigo 14 da Lei 9.034/94), o que dificultou a renovação e obtenção de novas outorgas na região.

Levantamentos realizados para se chegar ao número de outorgas, juntamente com o acompanhamento junto aos produtores para se identificar eventuais problemas de carência de água evidenciaram, todavia, a necessidade de uma revisão da metodologia. Ao se levantar informações mais próximas da realidade em termos de produção e demanda de água, considerando, em especial a sazonalidade do uso em irrigação, foi possível estabelecer um balanço hídrico mais objetivo para a questão criticidade. Depois de 6 anos a busca é por instrumentos mais eficazes de medição que permitam melhorar a gestão atual e garantir o abastecimento futuro.

A água subterrânea também é foco de atuação do Comitê na região, afinal está sob ela uma das principais áreas de afloramento de um dos maiores aquíferos do mundo, o Guarani, destacando-se que o grande conflito do uso dessa água é urbano, já que a cidade de Ribeirão Preto é 100% abastecida por ele.

Um estudo de 2010 financiado pelo Fehidro – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, via Comitê do Pardo, apontou que, no período de 1930 a 2010 houve um rebaixamento do seu nível em cerca de 80 metros.

A causa principal, número excessivo de poços, já era suspeitada pelo Comitê que, em 2006, para amenizar o problema, proibiu a perfuração de novos poços na região central da cidade e escalonou a permissão para a perfuração de novos poços de acordo com a região da cidade.

“Isto mostra que a participação de todos: Estado, Municípios e a Sociedade Civil, em todas as suas vertentes, garante que os mais diversos usos sejam contemplados”, diz o secretário executivo do CBH Pardo e Diretor do DAEE, Carlos Alencastre.

Segundo ele, o futuro será cuidar melhor da questão ambiental propriamente dita: qualidade da água, recuperação de mata ciliar e “produção de água”.

Isso só será possível com mais investimentos em projetos de monitoramento de médio e longo prazo, contando principalmente com a efetivação da cobrança pelo uso da água, prevista para começar na região em janeiro de 2014: “que deve ser encarada mais como instrumento de gestão do que punição, pois serão mais recursos dedicados à Bacia”, apregoa Alencastre.

# MPB: o novo sucesso da cana brasileira

Existem relatos de que em 1515 já havia uma significativa plantação de cana-de-açúcar em Itamaracá, Pernambuco, mas oficialmente a cana chegou ao Brasil em 1532, trazida da Ilha da Madeira por Martin Affonso de Souza e cultivada na Capitania de São Vicente.

**E**squeça o velho jeito de plantar a cana, como foi aprendido pelos portugueses ainda nas Índias, jogar os toletes no sulco e esperar a brotação. Agora cana-de-açúcar já vai para o sulco pré-brotada através do Sistema de “Muda Pré Brotada” – MPB - criado pelo Centro de Cana, do IAC, Instituto Agrônomo de Campinas, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. O método é resultado da pesquisa que se iniciou depois do boom da cana no Brasil em 2003; e significa maior eficiência e ganhos econômicos em viveiros e lavouras.

O Sistema MPB contribui para tornar mais ágil o processo de produção de mudas de cana-de-açúcar e elevar o seu padrão de fitossanidade, o que as torna mais vigorosas e reduz as falhas no plantio. Trata-se, portanto, de um método seguro para levar ao campo um material selecionado.

Segundo os pesquisadores sediados em Ribeirão Preto, será uma revolução sanitária nos canaviais ao mesmo tempo em que se introduzem rapidamente as novas variedades, mais produtivas. Para o pesquisador Marcos Landell os benefícios são diretos e indiretos: “Com o sistema mecanizado de plantio de cana, cada hectare plantado pode consumir até 20 toneladas de muda de cana. Em cada metro de sulco se deposita 40 a 50 toletes, mais popularmente conhecidos como “gomos”, onde ficam as gemas de brotação. Com o MPB, em cada metro se utiliza apenas duas mudas, ou seja, se deixa de enterrar milhares de toneladas de cana que podem ser destinados à indústria”.

Segundo as contas de Landell, se São Paulo renova cerca de 1 milhão de



*Muda Pré Brotada de cana-de-açúcar, desenvolvida pelo IAC*

hectares de canaviais por ano, o aumento da eficiência possibilitada pela adoção do sistema MPB permitiria que 15 milhões de toneladas de cana deixassem de ser enterradas e fossem destinadas para a produção de etanol e açúcar, traduzindo ganhos financeiros e aumento na arrecadação de impostos.

Mesmo para o leigo, ao olhar os tubetes com as mudas, é possível perceber o vigor delas. O trabalho envolve a seleção da matéria-prima, começando pelo corte manual dos colmos onde só as gemas saudáveis serão aproveitadas, depois tratadas e colocadas em caixas com substratos para brotar em ambiente controlado. Em 60 dias as mudas já podem ir para o campo e se desenvolverem em canavial denso, alto e praticamente sem falhas (foto).

Uma pesquisa como esta é apenas o início de um ciclo. Fabricantes de máquinas já se preparam para produzir

uma plantadora que atenda a demanda para o plantio comercial; e os viveiros serão mais uma fonte de emprego e renda. O jovem MPB já resulta na volta dos viveiros no Estado de São Paulo, sendo que cooperativas e fornecedores de cana já enxergaram seu potencial e reservaram áreas para o início dos trabalhos.

O viveiro de MPB, por exigir uma área menor para a mesma quantidade de mudas produzidas, será também uma alternativa para o pequeno produtor que não conseguirá cumprir a legislação ambiental paulista e colher mecanicamente a cana, seja por questões econômicas ou técnicas.

A logística no setor também muda ao representar economia de combustível, de mão de obra, menor emissão de gases, aumento de produtividade e eficiên-

cia. Isso porque no sistema MPB será necessário, para o plantio de quatro hectares, apenas um caminhão pequeno para substituir quatro caminhões grandes e carregadeiras utilizados no sistema atual.

A ciência cumpre mais uma vez o seu papel de impulsionar o agronegócio. Para o pesquisador Marcos Landell esta é uma das missões do Estado, mas a parceria com a iniciativa privada é primordial para tirar do “papel” um novo produto. Se os modelos institucionais fossem outros, garante o pesquisador, muito mais poderia ser feito. Mas mesmo com este modelo muito já se andou, e muito ainda vem por aí. A velha cana-de-açúcar ganhará a companhia da “cana-de-energia” para atender as necessidades do etanol de 2ª geração, possivelmente com um novo biótipo, mais fina, com muita biomassa e brotos.

É o velho produto do Brasil colonial ganhando a cada ano mais importância para o Brasil do século XXI.